TEKNO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Tekno S.A. Indústria e Comércio ("Companhia" ou "Tekno") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo na Rua Alfredo Mario Pizzotti, 51 e com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob as siglas "TKNO3" e "TKNO4".

A Companhia tem por objeto social a industrialização, comercialização e pintura de bobinas metálicas e também a participação societária em outras sociedades no Brasil e no exterior.

Fazem parte das demonstrações financeiras as seguintes empresas:

Controladas

- Casamob Indústria e Comércio Ltda. ("Casamob"), anteriormente denominada Profinish Indústria e Comércio Ltda.: fabricação de móveis com predominância de metal e fabricação de produtos químicos para tratamento superficial de metais e plásticos e congêneres, fabricação, distribuição e comercialização de outros produtos com predominância de metal, destinados aos mercados interno e externo.
- Tekrom Transportes, Representações e Montagens Ltda. ("Tekrom"): prestação de serviços de transportes de cargas, basicamente, para sua controladora.
- Alucoil do Brasil S.A. Indústria e Comércio ("Alucoil"): fabricação, industrialização, distribuição e comercialização de painéis compostos de alumínio e outros metais.

Controladas em conjunto

- Wolverine/Tekno Laminates and Composites Ltda. ("Wolverine"), anteriormente denominada MSC/Tekno Laminates and Composites Ltda.: industrialização e comercialização de produtos laminados destinados à indústria automobilística.
- Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio ("Perfilor"): industrialização e comercialização de telhas de aço, utilizadas na cobertura e fechamento de imóveis, principalmente industriais e comerciais.

O exercício social da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto inicia-se em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações financeiras de cada controlada e controladas em conjunto também são preparadas em Reais.

(b) Transações denominadas em moeda estrangeira

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado. Eram as seguintes as taxas em Reais das moedas a seguir relacionadas por ocasião do encerramento do balanço:

USD (Dólar Americano)

31 de dezembro de 2013 - R\$	2,342
31 de dezembro de 2014 - R\$	2,656

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos a serem registrados nas demonstrações

financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

(b) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

(c) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

(d) Provisão para realização dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas incorridas nos esforços de vendas.

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

(f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(g) Provisão para benefícios pós-emprego

A provisão para benefícios pós-emprego é constituída com base em laudo atuarial realizado por empresa especializada, utilizando as premissas descritas na nota explicativa nº 32.

(h) Provisão para despesas com aposentadoria compulsória

A Companhia constitui provisão para despesas com aposentadoria compulsória de gerentes e supervisores com base nos valores das multas rescisórias, ajustadas a valor presente, com base nas premissas descritas na nota explicativa n° 33.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O sumário das principais práticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as quais foram aplicadas de forma consistente nestes exercícios são como segue:

3.1 Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, que consiste no somatório dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição (honorários de "due diligence", advogados, entre outros) são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio gerado nas aquisições é avaliado como o custo da combinação de negócios que exceda a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos.

Ágio e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; porém, a possibilidade de perda do valor recuperável do ativo é testada pelo menos anualmente (ver item 3.2). Qualquer perda permanente identificada é registrada de imediato no resultado do exercício e não é passível de reversão posterior.

Na alienação de uma controlada ou uma controlada em conjunto, o correspondente ágio é incluído na determinação do resultado da alienação.

Caso a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis adquiridos seja superior ao custo de aquisição, o excesso (anteriormente conhecido como deságio) é registrado como ganho imediato no resultado do exercício em que ocorreu a aquisição.

O ágio registrado por uma aquisição será ajustado durante o período de mensuração (período de até 12 meses após a data da aquisição), caso sejam identificadas nesse período contingências ativas ou passivas atribuíveis à data da aquisição. Após o período de mensuração, a contrapartida contingente atribuível ao ativo ou ao passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com o IAS 39 (equivalente ao CPC 38), ou o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda, reconhecido no resultado do exercício em curso.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica a Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como ágio, que é acrescido ao valor contábil do investimento. O valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que exceder o custo de aquisição, deve ser imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos são mensuradas utilizando-se os

mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

3.2 Alocação dos saldos de ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (ver item 3.1), líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

3.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas e em controladas em conjunto

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. No consolidado, as demonstrações financeiras das controladas em conjunto foram registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Tekno, no patrimônio líquido, no resultado do exercício e nos resultados abrangentes em uma única rubrica que está apresentada no balanço patrimonial consolidado, bem como na demonstração consolidada do resultado ou do resultado abrangente como "Investimentos" e "Resultado de equivalência patrimonial", respectivamente. Considera-se existir controle compartilhado somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas com controladas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.4 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros créditos e partes relacionadas.

Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas

obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, débitos com partes relacionadas, fornecedores, e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Classificação como instrumentos de dívida e de patrimônio líquido

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual.

Instrumentos de patrimônio líquido

Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade líquida de todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pela Companhia são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão. A Companhia não possui instrumentos de patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

<u>Instrumentos compostos</u>

Os componentes de um instrumento composto, se houver, são segregados e classificados separadamente como passivos financeiros e patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual. Na data da emissão, o valor justo do componente passivo é estimado usando-se a taxa de juros predominante de mercado para um instrumento não conversível similar. Este montante é registrado como um passivo com base no custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos até que seja extinto através de conversão ou de vencimento do instrumento. O componente de patrimônio líquido é determinado pela dedução do montante do componente passivo do valor justo do instrumento composto como um todo, sendo reconhecido e incluído no patrimônio líquido, descontados os efeitos tributários, não sendo remensurado subsequentemente. A Companhia não possui instrumentos compostos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

• Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são

registradas no resultado do exercício. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

3.5 Ativos financeiros

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado".

b) Aplicações financeiras

Compreendem os saldos de aplicações financeiras, com prazos superiores a 90 dias para resgate contados a partir da data da aplicação e que não possuem previsão para resgate imediato.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Conforme disposto no CPC 12, o ajuste a valor presente não foi registrado em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo de caixa futuro estimado do investimento.

3.6 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, com base na análise do prazo sem movimento e valor de realização. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada.

3.7 Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 31 de dezembro de 2010, descrita na nota explicativa nº 13, foram avaliados a valor justo os custos das classes de imobilizado de edificações e máquinas e equipamentos, com base na adoção do custo atribuído aos ativos destas classes.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa.

3.8 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.9 Redução ao valor recuperável - Impairment

• Ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de

mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução do valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente (exceto ágio), ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.10 Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.11 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existe no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

3.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não registraram o ajuste a valor presente em virtude de não ter efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda.

3.14 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência

• Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, quando for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, quando não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

• Receitas financeiras

As receitas financeiras, que abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

3.15 Lucro básico e diluído por ação

Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante os exercícios apresentados.

Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante os exercícios apresentados.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação.

3.16 Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto que para as IFRS estas demonstrações representam informação complementar.

3.17 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos

operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos.

3.18 Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio foram tratados como distribuição de dividendos para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras. O valor dos juros sobre o capital foi calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Companhia, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros retidos antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Caixa e bancos	1.322	715	1.665	745	
Aplicações financeiras	57.080	42.688	57.584	46.584	
Total	58.402	43.403	59.249	47.329	

As aplicações financeiras com liquidez imediata referem-se a investimentos em fundos de renda fixa e operações com lastro em debêntures, remunerados a taxas que variam entre 96% e 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações financeiras no montante de R\$2.661, controladora e consolidado, referem-se a investimentos em operações compromissadas com lastro em debêntures, remuneradas a taxas que variam entre 96% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e foram integralmente resgatadas em 30 de julho de 2014.

Essas aplicações financeiras não foram classificadas como equivalentes de caixa por não possuírem prazo inferior a 90 dias para resgate contados da data da aplicação e por possuírem previsão de aplicação até o vencimento.

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composta por:

ado
1/12/2013
28.960
198
29.158
(415)
28.743

b) Por idade de vencimento

	Controladora		Conso	olidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
A vencer					
Até 30 dias	12.665	15.404	12.989	15.413	
De 31 a 60 dias	6.362	8.149	6.566	8.149	
De 61 a 90 dias	2.137	3.106	2.333	3.106	
De 91 a 180 dias		33	159	33	
Total a vencer	21.164	26.692	22.047	26.701	
Vencido					
Até 30 dias	820	1.748	834	1.748	
De 31 a 60 dias	58	76	68	76	
De 61 a 90 dias	260	212	262	212	
De 91 a 180 dias	123	10	412	10	
Acima de 181 dias	233	411	233	411	
Total vencido	1.494	2.457	1.809	2.457	
Total	22.658	29.149	23.856	29.158	

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Contro	Controladora		olidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo inicial	(415)	(363)	(415)	(363)	
Adições	(385)	(279)	(674)	(279)	
Baixas	435	227	435	227	
Saldo final	(365)	(415)	(654)	(415)	

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm provisões para créditos de liquidação duvidosa no valor das perdas estimadas em decorrência da incapacidade dos clientes de efetuar os pagamentos de títulos vencidos e possuem como procedimento rever tais provisões trimestralmente a fim de serem ajustadas, se necessário, adotando o critério de constituir provisão para a totalidade dos títulos junto a clientes concordatários e/ou falidos e para títulos vencidos acima de 90 dias. Historicamente não têm sido

verificadas perdas significativas nas contas a receber de clientes.

A despesa com constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado.

7 ESTOQUES

a) Compostos por:

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Produtos acabados	9.020	11.075	10.490	11.585
Produtos em elaboração	17	22	437	23
M atérias-primas	14.059	16.701	15.653	17.292
Material de consumo e outros	3.899	3.475	3.916	3.482
Provisão para perdas	(3.912)	(3.435)	(4.341)	(3.556)
	23.083	27.838	26.155	28.826

b) Movimentação da provisão para perdas:

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2014 31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(3.435)	(2.089)	(3.556)	(2.089)
Adições	(717)	(1.346)	(1.219)	(1.467)
Reversões	240	-	434	-
Saldo final	(3.912)	(3.435)	(4.341)	(3.556)

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm provisões para perdas na realização dos estoques, com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas incorridas nos esforços de vendas.

8 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante			-	
ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços	534	837	1.029	1.027
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	136	1.908	1.243	1.992
PIS - Programa de integração social	24	409	250	427
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	825	22	825	56
IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras	-	-	-	19
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	258	431	258	439
Outros	2	2	199	37
Ativo não circulante	1.779	3.609	3.804	3.997
ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços	1.059	1.037	1.605	1.324
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	222	151	945	1.213
PIS - Programa de integração social	48	33	205	251
	1.329	1.221	2.755	2.788

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO

a. Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
<u>Não circulante</u>	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para perdas na realização dos estoques	3.912	3.435	4.341	3.556
Provisões para perdas em aplicações compulsórias	296	276	296	276
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	365	415	654	415
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.296	2.769	1.296	2.769
Provisão para obrigações pós-emprego	1.249	1.033	1.249	1.033
Provisão para despesa com aposentadoria compulsória	2.341	1.897	2.341	1.897
Provisão para comissões a pagar	93	38	126	38
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal	-	-	-	979
Despesas pré-operacionais	-	-	1.249	1.041
	9.552	9.863	11.552	12.004
Alíquota vigente	34%	34%	34%	33%
	3.248	3.353	3.928	3.917
Impostos diferidos não constituídos sobre diferenças temporárias das controladas Alucoil e Casamob	-	-	(680)	-
	3.248	3.353	3.248	3.917
Compensação com impostos diferidos passivo	(3.248)	(3.353)	(3.248)	(3.353)
Impostos diferidos ativo				564
Depreciação referente ajuste de vida útil	(6.987)	(3.762)	(7.206)	(3.762)
Custo atribuído do imobilizado	(12.271)	(16.915)	(12.271)	(16.915)
Arrendamento mercantil financeiro	(9)	-	(9)	-
Combinação de negócios - mais valia de imobilizado	-	-	(1.450)	(1.450)
	(19.267)	(20.677)	(20.936)	(22.127)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
	(6.551)	(7.030)	(7.118)	(7.523)
Compensação de impostos diferidos ativo	3.248	3.353	3.248	3.353
Impostos diferidos passivo	(3.303)	(3.677)	(3.870)	(4.170)

A Administração da Companhia tem por regra constituir o imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro. As controladas Casamob e Alucoil iniciaram suas atividades operacionais no primeiro semestre de 2014 e a Administração da Companhia definiu que devido a maturidade da operação, necessidade de aprimoramento do negócio e condições instáveis da economia brasileira nos segmentos em que atuam, serão constituídos os impostos diferidos no ativo para as controladas quando houver expectativas conservadoras de lucro tributável futuro.

• Movimentação dos impostos diferidos:

	Controladora					
	Impostos diferidos ativo	Impostos diferidos passivo	Total	Outros resultados abrangentes	Total outros resultados abrangentes	
Saldos em 1º de janeiro de 2013	2.590	(8.477)	(5.887)		-	
Movimentação no resultado do exercício	1.124	1.447	2.571	-	-	
Movimentação outros resultados abrangentes	(361)	-	(361)	(242)	(603)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.353	(7.030)	(3.677)		(603)	
Movimentação no resultado do exercício	(64)	479	415	-	-	
Movimentação outros resultados abrangentes	(41)	-	(41)	-	(41)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.248	(6.551)	(3.303)		(644)	
	Consolidado					
			Consolid	ado		
	Impostos diferidos ativo	Impostos diferidos passivo	Consolid Total	Outros resultados abrangentes	Total outros resultados abrangentes	
Saldos em 1º de janeiro de 2013	diferidos	diferidos		Outros resultados	resultados	
Saldos em 1º de janeiro de 2013 Movimentação no resultado do exercício	diferidos ativo	diferidos passivo	Total	Outros resultados	resultados	
y	diferidos ativo 2.590	diferidos passivo (8.477)	Total (5.887)	Outros resultados	resultados	
Movimentação no resultado do exercício	diferidos ativo 2.590 1.688	diferidos passivo (8.477) 1.447	(5.887) 3.135	Outros resultados abrangentes	resultados abrangentes	
Movimentação no resultado do exercício Movimentação outros resultados abrangentes	diferidos ativo 2.590 1.688 (361)	diferidos passivo (8.477) 1.447 (493)	(5.887) 3.135 (854)	Outros resultados abrangentes	resultados abrangentes - (603)	
Movimentação no resultado do exercício Movimentação outros resultados abrangentes Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.590 1.688 (361) 3.917	diferidos passivo (8.477) 1.447 (493) (7.523)	(5.887) 3.135 (854) (3.606)	Outros resultados abrangentes	resultados abrangentes - (603)	

A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	Impostos diferidos ativo				
	Controladora e Consolidado				
2015	811				
2016	567				
2017	493				
2018	37				
2020 em diante	1.340				
Total	3.248				

b. Conciliação com o resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.937	27.862	9.457	27.720
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(3.038)	(9.473)	(3.215)	(9.425)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas	fiscais):			
Impostos diferidos não constituídos sobre prejuízo fiscal das controladas Casamob e Alucoil	-	-	(2.162)	-
Impostos diferidos não constituídos sobre diferenças temporárias das controladas Casamob e Alucoil	-	-	(680)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(3.067)	148	(748)	221
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	2.005	3.283	2.005	3.283
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	(151)	(191)	(215)	(218)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(4.251)	(6.233)	(5.015)	(6.139)
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(4.666)	(8.804)	(4.792)	(9.038)
Diferidos	415	2.571	(223)	2.899
	(4.251)	(6.233)	(5.015)	(6.139)

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e as novas normas contábeis, entre outras providências. A Companhia, apoiada por seus assessores, analisaram os dispositivos desta Lei e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados e decidiu por não fazer a adoção da referida Lei de forma antecipada.

10 PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em preços e condições definidos entre as partes.

a. Saldos a receber:

	Controladora		Conso	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Controladas						
Tekrom	1	-	-	-		
Casamob	977	2	-	-		
Alucoil	3	152	-	-		
Casamob - AFAC (i)	-	2.534	-	-		
Alucoil - AFAC (i)		1.641		-		
	981	4.329	-	-		
Controladas em conjun	<u>to</u>					
Wolverine	24	34	25	34		
Perfilor (ii)	5.835	6.474	5.847	6.479		
	5.859	6.508	5.872	6.513		
	6.840	10.837	5.872	6.513		
Circulante	6.775	2.645	5.848	2.497		
Não circulante	65	8.192	24	4.016		
	6.840	10.837	5.872	6.513		

b. Saldos a pagar:

	Contro	Controladora		Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Controladas						
Tekrom	5	2	-	-		
Casamob	1	387_				
	6	389	-	-		
Controladas em conjun	<u>to</u>					
Wolverine	17	-	17	-		
Perfilor	27		27			
	44		44	-		
	50	389	44	-		
Remuneração a pagar a administradores (iii)	110	96	117	104		
Circulante	160	485	161	104		

c. Transações com partes relacionadas:

1. Venda de produtos e serviços

	Controladora		Conso	olidado		
,	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Controladas						
Casamob	1.281	14	-	-		
Alucoil	787	786	-	1.359		
Aluguéis e condomínios (iv)	148	97	-	-		
Serviços compartilhados (v)	73	68				
	2,289	965	-	1.359		
Controladas em conjunto						
Wolverine	259	431	274	452		
Perfilor (vi)	6.693	8.313	6.788	8.432		
Aluguéis e condomínios (iv)	83	98	83	98		
Serviços compartilhados (v)	71	66	71	66		
	7.106	8.908	7.216	9.048		
•	9.395	9.873	7.216	10.407		

2. Venda de ativo imobilizado

	Controladora	e consolidado
	31/12/2014	31/12/2013
Controladas em conjunto		
Perfilor (ii)	3.190	-

3. Compra de produtos e serviços

	Contro	oladora	Conso	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Controladas						
Casamob	2.058	2.375	-	-		
Tekrom	1.497	1.593		5		
	3.555	3.968	-	5		
Controladas em conjunto						
Wolverine	89	57	89	57		
Perfilor	27	548	27	1.133		
	116	605	116	1.190		
	3.671	4.573	116	1.195		
	•					

(i) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), realizado pela Companhia e tem como destinação se tornar capital social nas controladas Casamob Indústria e Comércio Ltda. e Alucoil do Brasil S.A. Indústria e Comércio de Painéis de Alumínio, como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
AFAC – Tekno para Casamob	-	2.534
AFAC – Tekno para Alucoil	-	1.641
	-	4.175

O montante de AFAC para a Casamob, apresentado em 31 de dezembro de 2013, foi capitalizado em 24 de fevereiro de 2014, conforme descrito no item (iv) da nota explicativa 11.3.

O montante de AFAC para a Alucoil, apresentado em 31 de dezembro de 2013, foi capitalizado em 28 de outubro de 2014, conforme descrito no item (vi) da nota explicativa 11.3.

(ii) Saldos a receber Perfilor

Refere-se a saldos a receber de transações entre a controladora e a controlada em conjunto Perfilor, no montante de R\$ 5.835 (R\$ 5.847 no consolidado), classificados no ativo circulante. Os saldos a receber correspondem a operações de vendas de produtos e serviços (R\$ 2.645 controladora e R\$ 2.657 consolidado) e venda de ativo imobilizado (R\$ 3.190 controladora e consolidado).

A Administração da Tekno, juntamente com a ArcelorMittal, decidiu investir em uma nova linha produtiva de telhas termoisolantes do tipo sanduiche, para atendimento deste novo nicho e demanda de mercado da Perfilor. A linha produtiva foi importada da Itália pela Tekno. Suportada pelo laudo técnico no montante de R\$ 12.990, esta linha produtiva foi utilizada para aporte de capital na controlada em conjunto no percentual de 75% do montante supramencionado. O valor remanescente de R\$ 3.190 foi considerado como venda em 3 de outubro de 2014 e será liquidado pela Perfilor até dezembro de 2015.

Em 30 de setembro de 2014, foi aprovado o aumento de capital da controlada em conjunto Perfilor no valor de R\$ 20.000, integralizado da seguinte forma:

- a. R\$ 10.200 em dinheiro pela ArcelorMittal Spain Holding, SL;
- b. R\$ 9.800 pela Tekno com a utilização parcial da linha produtiva.

As demonstrações de resultados de 31 de dezembro de 2014 incluem o resultado líquido dessa operação de venda, no montante de R\$698, registrado sob a rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais".

(iii) Saldos a pagar a administradores

Os saldos a pagar a administradores estão registrados no balanço patrimonial referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 na rubrica de obrigações sociais e trabalhistas.

(iv) Contratos de aluguel de imóveis

Celebrado com as controladas Tekrom e Casamob, tendo por base os preços de mercado, com prazo de vigência indeterminado, reajustado anualmente pelo

IGPM-FVG. O contrato firmado com a controlada em conjunto Perfilor tem como prazo de vigência 24 meses, com renovação automática e índice de reajuste o INPC-IBGE.

(v) Contratos de prestação de serviços administrativos

Refere-se a rateios de despesas administrativas diversas para as controladas Tekrom, Casamob e Wolverine, com prazo de vigência de 4 anos, reajustável nas mesmas datas e pelos mesmos índices de aumentos concedidos pela controladora a seus funcionários.

d. Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
_	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Remuneração do conselho de administração e fiscal	606	549	606	549
Remuneração dos administradores	1.407	1.471	1.668	1.636
Remuneração do pessoal chave	312	333	312	333
Participações estatutárias	520	581	520	581
Encargos e benefícios (seg.vida, prev.privada, INSS e FGTS)	840	868	928	903
	3.685	3.802	4.034	4.002

A Companhia não possui outros benefícios ou obrigações pós-emprego de longo prazo, exceto os detalhados na nota explicativa nº 32 e 33. Os benefícios de curto prazo para a diretoria executiva são os mesmos dos demais funcionários.

De acordo com a legislação societária brasileira e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar e aprovar em Assembleia Geral Ordinária o montante global da remuneração anual dos administradores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi aprovado o limite máximo de remuneração global para os administradores no montante de R\$2.336, líquido dos encargos sociais. A remuneração do pessoal chave e participações estatutárias não fazem parte do montante global da remuneração anual dos administradores aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

11 INVESTIMENTOS

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Investimentos em controladas	27.922	21.238	-	-	
Investimentos em controladas em conjunto	18.347	10.747	18.347	10.747	
	46.269	31.985	18.347	10.747	
Outros	33	33	33	33	
	46.302	32.018	18.380	10.780	

11.1 Informações relativas aos investimentos em controladas

	Tek	rom	Casamob		Alue	Alucoil	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Ativo	940	3.999	14.530	9.122	15.380	14.755	
Passivo	217	210	2.045	3.184	757	3.090	
Capital social	400	400	14.500	4.000	17.995	11.991	
Patrimônio líquido	723	3.789	12.485	5.938	14.623	11.665	
Receita operacional líquida	1.500	1.523	2.649	1.660	890	674	
Resultado do exercício	(66)	191	(3.953)	21	(3.045)	(838)	
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	93,88%	90,00%	

11.2 Informações relativas aos investimentos em controladas em conjunto

	Wolv	erine	Perfilor		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Ativo	6.846	8.265	55.301	39.281	
Passivo	399	1.890	24.304	23.722	
Capital social	4.748	4.748	57.705	37.705	
Patrimônio líquido	6.447	6.375	30.997	15.559	
Receita operacional líquida	3.861	4.765	60.632	68.356	
Resultado do período	72	405	(4.562)	1.285	
Percentual de participação	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	

11.3 Movimentação dos investimentos das controladas e controladas em conjunto

	Controladora					
	Tekrom	Casamob	Wolverine	Perfilor	Alucoil	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	3.598	5.917	3.709	6.995	1.541	21.760
Distribuição de dividendos	-	-	(784)	-	-	(784)
Capitalização (i) (ii)	-	-	-	-	4.116	4.116
Aquisição de investimentos (iii)	-	-	-	-	4.585	4.585
Ágio na aquisição de investimentos (iii)	-	-	-	-	1.013	1.013
M ais valia participação adicional Alucoil (iii)	-	-	-	-	392	392
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	469	469
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	191	22	197	630	(606)	434
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.789	5.939	3.122	7.625	11.510	31.985
Distribuição de dividendos	(3.000)	-	-	-	-	(3.000)
Capitalização (iv) (v) (vi)	-	10.500	-	9.800	6.004	26.304
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	(66)	(3.953)	35	(2.235)	(2.801)	(9.020)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	723	12.486	3.157	15.190	14.713	46.269

	Consolidado				
	Wolverine	Perfilor	Alucoil	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2013	3.709	6.995	1.541	12.245	
Distribuição de dividendos	(784)	-	-	(784)	
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	197	630	(177)	650	
Eliminação de saldo na consolidação (vii)	-	-	(1.364)	(1.364)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.122	7.625	-	10.747	
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	35	(2.235)	-	(2.200)	
Capitalização (v)	-	9.800	-	9.800	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.157	15.190	-	18.347	

- (i) Capitalização realizada na então controlada em conjunto Alucoil por aumento de capital no valor de R\$3.600, conforme aprovada em reunião da AGE realizado em 31 de janeiro de 2013, sendo a participação da Tekno feita por liquidação de duplicatas a receber no valor de R\$1.194 e depósito em conta bancária no valor de R\$570.
- (ii) Capitalização realizada na então controlada em conjunto Alucoil por aumento de capital no valor de R\$4.800, conforme aprovada em reunião da AGE realizado em 15 de maio de 2013, sendo a participação da Tekno feita por liquidação de duplicatas a receber no valor de R\$ 864 e depósito em conta bancária no valor de R\$1.488.
- (iii) Aquisição de 41% das ações da controlada Alucoil em 26 de julho de 2013, no valor de R\$ 5.990 com ágio de R\$ 1.405, passando a deter 90% da participação acionária da controlada.
- (iv) Aumento de capital proveniente de adiantamentos para futuro aumento de capital na controlada Casamob no montante de R\$3.500, conforme aprovado em reunião dos cotistas realizado em 24 de fevereiro de 2014, no montante de R\$ 3.096, conforme aprovado em reunião dos cotistas em 25 de agosto de 2014 e no montante de R\$ 3.904, conforme aprovado em reunião dos cotistas em 26 de dezembro de 2014.
- (v) Capitalização realizada na controlada em conjunto Perfilor no montante de R\$ 9.800, conforme aprovado em reunião da AGE de 30 de setembro de 2014, realizado nas condições descritas na nota explicativa 10, item (ii).
- (vi) A controlada Alucoil realizou aumento de capital no montante de R\$6.004, mediante a emissão de 7.600.000 ações, conforme aprovado em reunião da AGE de 28 de outubro de 2014. As ações emitidas foram integralmente subscritas pela controladora Tekno, passando a deter 93,88% de participação na controlada.
- (vii) Realizada a partir de 30 de setembro de 2013, devido à aquisição de controle descrita no item (iii) acima.

12 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

12.1 Controlada adquirida – Alucoil

A Companhia celebrou em 26 de julho de 2013, data da aquisição, o contrato de compra e venda com a Alucoil S.A.U. (Espanha) que estabelece os termos e condições para a aquisição de 41% do capital social votante da Companhia do negócio de construção civil, denominada "Alucoil do Brasil S.A.".

Valor iusto

12.2 Contrapartida transferida

Contrapartida transferida

Caixa 5.990

A contrapartida transferida foi de R\$ 5.990, integralmente pagos no dia 26 de julho de 2013.

12.3 Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

	valor jasto
Ativos circulantes	4.347
Ativos não circulantes	9.608
Total do ativo não circulante	13.955
Passivos circulantes	1.815
Patrimônio líquido	12.140
Total do passivo e patrimônio líquido	13.955

A Companhia avaliou os ativos e passivos da empresa adquirida pelo valor justo na data de aquisição.

12.4 Ágio gerado na aquisição

Contrapartida transferida	5.990
Valor justo do patrimônio líquido proporcional	(4.977)
Ágio gerado na aquisição	1.013

Foi gerado ágio na aquisição da controlada Alucoil, uma vez que a contrapartida paga pela combinação efetivamente incluiu valores em relação ao benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão de obra. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio, pois não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

O ágio fiscal dedutível apurado na operação foi de R\$ 1.405, suportado por expectativa de rentabilidade futura.

13 IMOBILIZADO

					Controladora				
Custo do imobilizado bruto	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores periféricos	Imobilizado em andamento	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	282	6.145	916	73.916	879	3.345	39.343	716	125.542
Adições	-	336	-	7.624	91	162	9.922	114	18.249
Baixas	-	-	-	(9)	(26)	(313)	(244)	(91)	(683)
Transferências	-	4.882	-	32.664	-	21	(37.567)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	282	11.363	916	114.195	944	3.215	11.454	739	143.108
Adições	-	-	-	420	70	226	3.831	-	4.547
Baixas	-	-	-	(10)	(3)	(203)	(6.342)	(105)	(6.663)
Transferências		2.316	120	3.172	_	69	(5.677)		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	282	13.679	1.036	117.777	1.011	3.307	3.266	634	140.992
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2013	-	(4.252)	(902)	(42.905)	(728)	(2.278)	-	(298)	(51.363)
Adições	-	(72)	(1)	(6.379)	(30)	(304)	-	(128)	(6.914)
Baixas	-	-	-	6	24	306	-	69	405
Saldo em 31 de dezembro de 2013	_	(4.324)	(903)	(49.278)	(734)	(2.276)	-	(357)	(57.872)
Adições	-	(199)	(5)	(7.547)	(34)	(363)	-	(124)	(8.272)
Baixas	-	-	-	7	3	199	-	92	301
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(4.523)	(908)	(56.818)	(765)	(2.440)	-	(389)	(65.843)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	282	9.156	128	60.959	246	867	3.266	245	75.149
Saldo em 31 de dezembro de 2013	282	7.039	13	64.917	210	939	11.454	382	85.236
Taxa média ponderada anual de depreciação	-	1,7%	2,0%	7,3%	8,4%	19,4%	-	20,7%	

					Consolidado				
Custo do imobilizado bruto				Máquinas e	Móveis e	Computadores	Imobilizado		
	Terrenos	Edificações	Instalações	equipamentos	utensílios	e periféricos	em andamento	Veículos	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2013	282	6.145	916	74.022	883	3.382	39.343	902	125.875
Adições na combinação de negócios	594	-	-	-	-	2	3.343	-	3.939
Adições	856	336	-	8.060	114	177	23.656	189	33.388
Baixas	-	-	-	(9)	(26)	(313)	(244)	(131)	(723)
Transferências	-	4.882	-	32.664	-	21	(37.567)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.732	11.363	916	114.737	971	3.269	28.531	960	162.479
Adições	-	-	-	795	97	234	5.847	1	6.974
Baixas	-	(388)	-	(10)	(3)	(203)	(6.354)	(105)	(7.063)
Transferências	-	8.546	120	14.843	62	389	(24.350)	390	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.732	19.521	1.036	130.365	1.127	3.689	3.674	1.246	162.390
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2013	-	(4.252)	(902)	(42.997)	(732)	(2.315)	-	(484)	(51.682)
Adições	-	(72)	(1)	(6.381)	(30)	(306)	-	(129)	(6.919)
Baixas	-	-	-	6	24	306	-	109	445
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(4.324)	(903)	(49.372)	(738)	(2.315)	-	(504)	(58.156)
Adições	-	(297)	(5)	(7.899)	(40)	(399)	-	(170)	(8.810)
Baixas	-	-	-	7	3	199	-	92	301
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(4.621)	(908)	(57.264)	(775)	(2.515)		(582)	(66.665)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.732	14.900	128	73.101	352	1.174	3.674	664	95.725
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.732	7.039	13	65.365	233	954	28.531	456	104.323
Taxa média ponderada anual de depreciação	-	1,7%	2,0%	7,3%	8,4%	19,4%	-	20,7%	

Os saldos de imobilizado em andamento na controladora e consolidado, referem-se a investimentos em máquinas e equipamentos e infraestrutura, realizados pela controladora e suas controladas.

As baixas do ativo imobilizado incluem R\$6.342, controladora e consolidado, referente ao aumento de capital na controlada em conjunto Perfilor, conforme descrito na nota explicativa nº 11.3.v.

Em 31 de dezembro de 2014, o ativo imobilizado de máquinas e equipamentos inclui R\$12.271 correspondentes à mais-valia proveniente do custo atribuído registrado em 2010, retroativo a 2009, com base em laudos preparados por peritos independentes, deduzidos das subsequentes depreciações e baixas de bens. O custo atribuído constituído, líquido dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizado a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre referido custo atribuído em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$4.172 (R\$5.751 em 31 de dezembro de 2013) está classificado no passivo não circulante, líquido de impostos diferidos ativo da mesma entidade legal, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos".

Anualmente a Companhia revisa as taxas de depreciação e vida útil dos bens do ativo imobilizado e efetua a análise do "*impairment*" relacionado ao custo líquido remanescente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Não foi identificada necessidade de registro de qualquer provisão para redução ao montante recuperável em 31 de dezembro de 2014.

14 INTANGÍVEL

	Controladora								
Custo do intangível bruto	Marcas e	Direito de uso	Softwares em						
<u>Custo do mangrer bruto</u>	patentes	de softwares	desenvolvimento	Total					
S aldo em 1º de janeiro de 2013	30	3.075	-	3.105					
Adições	-	248	760	1.008					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	30	3.323	760	4.113					
Adições	-	-	434	434					
Transferências	-	792	(792)	-					
Baixas	-	-	(94)	(94)					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	30	4.115	308	4.453					
Amortização acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2013	(30)	(2.733)	-	(2.763)					
Adições	-	(150)	-	(150)					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(30)	(2.883)	-	(2.913)					
Adições	-	(207)	-	(207)					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(30)	(3.090)	-	(3.120)					
Intangível líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	1.025	308	1.333					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	440	760	1.200					
Taxa média ponderada anual de amortização	10,0%	20,3%	-						

Consol	1:4~4~

Custo do intangível bruto	Marcas e	Direito de uso	Softwares em	,	
	patentes	de softwares	desenvolvimento	Ágio	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	31	3.106	-	-	3.137
Adições na combinação de negócios	-	-	-	1.013	1.013
Adições		273	1.538		1.811
Saldo em 31 de dezembro de 2013	31	3.379	1.538	1.013	5.961
Adições	11	75	1.228	-	1.314
Transferências	-	1.799	(1.799)	-	-
Baixas	-	-	(94)	(27)	(121)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	42	5.253	873	986	7.154
Amortização acumulada				·	
Saldo em 1º de janeiro de 2013	(31)	(2.764)	-	-	(2.795)
Adições	-	(153)	-	-	(153)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(31)	(2.917)		- '	(2.948)
Adições	-	(299)	-	-	(299)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(31)	(3.216)			(3.247)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11	2.037	873	986	3.907
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	462	1.538	1.013	3.013
Taxa média ponderada anual de amortização	10,0%	20,3%	-	-	

As adições de softwares em desenvolvimento referem-se a novas implementações e melhorias no sistema de informação gerencial da controladora e suas controladas. Os principais módulos já foram liberados para utilização conforme o cronograma estabelecido e ainda existem customizações em andamento.

Anualmente a Companhia revisa as taxas de amortização e vida útil dos bens do ativo intangível e efetua a análise do "impairment" relacionado ao custo líquido remanescente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Não foi identificada necessidade de registro de qualquer provisão para redução ao montante recuperável em 31 de dezembro de 2014.

15 FORNECEDORES

	Contro	oladora	Consolidado			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
No País	6.266	3.193	6.707	4.291		
No exterior	85	2.099	85	2.271		
	6.351	5.292	6.792	6.562		
	6.351	5.292	6.792	6.5		

16 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Contro	Controladora Conso		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Provisão de férias e encargos	2.243	2.189	2.474	2.295
Salários	590	697	698	736
INSS	611	600	676	634
FGTS	181	179	207	189
Outros	405	486	448	510
	4.030	4.151	4.503	4.364

17 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL

				Controladora					
					Circulante		N	ão circulan	te
Banco ou		Taxa média	•	Menos	Mais				
Instituição	Tipo	anual de	Ultima data	que	que	Curto	Entre 1 e	Entre 3 e	Longo
Financeira	empréstimo	juros	vencimento	90 dias	90 dias	Prazo	3 anos	5 anos	Prazo
Banco Santander (i)	Pré-fixado	1,52% a.m.	Agosto de 2017	13	41	54	113		113

				Consolidado					
			·-		Circulante		N	ão circulan	te
Banco ou Instituição Financeira	Tipo empréstimo	Taxa média anual de juros	Ultima data vencimento	Menos que 90 dias	Mais que 90 dias	Curto Prazo	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Longo Prazo
Banco Santander (i)	Pré-fixado	1,52% a.m.	Agosto de 2017	13	41	54	113	-	113
BNDES - Finame Tekrom (ii)	Pré-fixado	6,00% a.a.	Abril de 2019	5	15	20	41	27	68
BNDES - Finame Casamob (iii)	Pré-fixado	6,00% a.a.	Abril de 2019	9	27	36	71	53	124
			_	27	83	110	225	80	305

- (i) Arrendamento mercantil Contratado pela controladora em 26 de agosto de 2014 para aquisição de uma empilhadeira, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,52% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com o banco Santander e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (ii) Financiamento FINAME adquirido pela controlada Tekrom para aquisição de veículos, sem cláusulas restritivas, garantido pelo bem objeto do financiamento.
- (iii) Financiamento FINAME adquirido pela controlada Casamob para aquisição de empilhadeiras, sem cláusulas restritivas, garantido pelo bem objeto do financiamento.

18 PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do

curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e aspectos cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas jurídicas pendentes e, quanto aos riscos trabalhistas e tributários, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e com indenizações rescisórias, como segue:

	Controladora e consolidado								
	Traba- lhistas	Dep. Judiciais	Sub- total	Tribu- tárias	Dep. Judiciais	Sub-total	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2013	1.475	(246)	1.229	1.578	(1.522)	56	1.285		
Provisões feitas durante o exercício	265	-	265	186	-	186	451		
Depósitos feitos durante o exercício	-	(428)	(428)	-	-	-	(428)		
Provisões utilizadas	(33)	-	(33)	-	-	-	(33)		
Reversões	(516)	411	(105)	(186)		(186)	(291)		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.191	(263)	928	1.578	(1.522)	56	984		
Não circulante	1.055	(246)	809	-	-	-	809		
Circulante	136	(17)	119	1.578	(1.522)	56	175		
Provisões feitas durante o exercício	74	-	74	117	-	117	191		
Depósitos feitos durante o exercício	-	(7)	(7)	-	-	-	(7)		
Reversões	(25)	-	(25)	(1.639)	1.522	(117)	(142)		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.240	(270)	970	56	-	56	1.026		
Não circulante	1.096	(253)	843	-	-	-	843		
Circulante	144	(17)	127	56		56	183		
	1.240	(270)	970	56		56	1.026		

Existem outros processos trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda no montante de R\$ 1.869 em 31 de dezembro de 2014 (R\$207 em 31 de dezembro de 2013), controladora e consolidado, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs não requerem sua contabilização.

Considerando recentes decisões do STF em relação a multas abusivas de processos de ICMS, foi efetuada a reversão da provisão tributária de R\$ 1.639, classificado sob a rubrica "provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis" (nota explicativa 25).

19 DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos judiciais sobre processos em andamento, compostos por:

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhistas	Tributários	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2013	-	3.197	3.197	
Depósitos efetuados	428	31	459	
Depósitos resgatados	(80)	-	(80)	
Processos perdidos	(258)	-	(258)	
Compensação com provisões	(17)	-	(17)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	73	3.228	3.301	
Depósitos efetuados	7	-	7	
Depósitos resgatados	-	(1.495)	(1.495)	
Processos perdidos	(50)	-	(50)	
Compensação com provisões	(7)	1.522	1.515	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	23	3.255	3.278	

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 29 de abril de 2013, foi aprovado aumento do capital social no montante de R\$7.000, mediante capitalização de R\$1.740 da conta de reserva de incentivos ficais e capitalização de R\$5.260 da conta de retenção de lucros, com emissão de 86.687 novas ações.

Em 29 de abril de 2014, foi aprovado aumento do capital social no montante de R\$7.000, mediante capitalização da conta de retenção de lucros, com emissão de 90.509 novas ações.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2014, o capital social integralizado está representado por 2.947.810 ações, sem valor nominal, sendo 1.360.709 ações preferenciais e 1.587.101 ordinárias.

	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Ações Total
Saldo inicial em 01/01/2013	1.278.915	1.491.699	2.770.614
Emissão de novas ações	40.015	46.672	86.687
Saldo final em 31/12/2013	1.318.930	1.538.371	2.857.301
Emissão de novas ações	41.779	48.730	90.509
Saldo final em 31/12/2014	1.360.709	1.587.101	2.947.810

As ações preferenciais têm participação nos dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo garantida a prioridade na percepção de um dividendo anual, não cumulativo, de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação e direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei nº 6.404/76.

b. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o montante correspondente a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao ajuste de custo atribuído ao imobilizado, registrado em 1º de janeiro de 2009, deduzido do imposto de renda e da contribuição social diferidos passivos e da realização, pela depreciação, durante os exercícios subsequentes.

d. Outros resultados abrangentes

Referem-se a ganhos atuariais de provisões pós-emprego registradas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014, devido à alteração nas premissas utilizadas e referente a mais valia do terreno registrado na aquisição de 41% das ações da controlada Alucoil ocorrida em 26 de julho de 2013, conforme nota explicativa nº 12.

e. Dividendos pagos

Em 29 de abril de 2013, a Companhia distribuiu dividendos propostos no valor de R\$15.902, creditados em 22 de maio de 2013, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a proporção de R\$5,74 por ação, sobre a posição acionária de 29 de abril de 2013, representada por 2.770.614 ações.

Em 29 de abril de 2014, a Companhia distribuiu dividendos propostos no valor de R\$4.000, creditados em 19 de maio de 2014, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a proporção de R\$1,40 por ação, sobre a posição acionária de 29 de abril de 2014, representada por 2.857.301 ações.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos no passivo circulante.

f. Juros sobre o capital próprio pagos

Em 31 de julho de 2013 a Companhia pagou juros a título de remuneração do capital próprio no valor de R\$4.827, a proporção de R\$1,69 por ação.

Em 27 de novembro de 2013 a Companhia pagou juros a título de remuneração do capital próprio no valor de R\$4.829, a proporção de R\$1,69 por ação.

Em 13 de agosto de 2014 a Companhia pagou juros a título de remuneração do capital próprio no valor de R\$2.653, a proporção de R\$0,90 por ação.

Em 26 de dezembro de 2014 a Companhia pagou juros a título de remuneração do capital próprio no valor de R\$3.243, a proporção de R\$1,10 por ação.

A Administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral dos acionistas que a parcela líquida desses juros do capital próprio, na importância de R\$5.016, seja atribuída

aos dividendos mínimos obrigatórios, de acordo com o previsto no parágrafo 7, art.9° da Lei nº 9.249/95.

g. Destinação do lucro líquido

O estatuto da Companhia prevê a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	4.686	21.629
Efeito da realização do custo atribuído (deemed cost)	3.065	3.495
Reserva legal (5%) sobre o lucro líquido	(235)	(1.081)
Reserva legal (5%) sobre o efeito da realização do custo atribuído	(153)	(174)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	7.363	23.869
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.841	5.967
(-) Juros sobre o capital próprio líquido creditados no exercício	5.016	8.222
(=) Creditados superiores ao obrigatório (pagos no exercício)	(3.175)	(2.255)
Dividendos adicionais propostos	820	4.000

h. Participações estatutárias

Os Administradores, conforme previsão estatutária (Art. 20) e observados os limites previstos em lei, farão jus a uma participação nos lucros da Companhia, cujo montante global será fixado pela assembleia geral, e distribuído entre os membros de cada órgão por deliberação do Conselho de Administração.

21 LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e a respectiva quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme o quadro a seguir:

	2014				2013	
	Preferencial	Ordinária	Total	Preferencial	Ordinária	Total
Lucro líquido atribuível aos acionistas	2.163	2.523	4.686	9.985	11.644	21.629
Quantidade de ações - média ponderada	1.347	1.571	2.918	1.306	1.523	2.829
Resultado básico e diluído por ação	1,606	1,606	1,606	7,645	7,645	7,645

A Companhia não possuía instrumentos de diluição do lucro por ação no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

22 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consoli	lidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Vendas de produtos	74.783	76.599	73.773	76.489	
Industrialização para terceiros	104.874	124.190	105.006	124.352	
Total da receita operacional bruta	179.657	200.789	178.779	200.841	
Deduções da receita	(42.097)	(47.929)	(41.527)	(47.922)	
Impostos sobre vendas	(40.168)	(45.311)	(39.555)	(45.302)	
Devoluções e abatimentos	(1.929)	(2.618)	(1.972)	(2.620)	
Total de receita operacional líquida	137.560	152.860	137.252	152.919	

23 CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consoli	idado
-	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
M atéria-prima	58.342	64.316	54.603	61.754
Salários, encargos e benefícios	24.106	22.285	26.287	22.671
Energia elétrica e gás natural	8.271	9.431	8.405	9.431
Depreciação e amortização	7.911	6.540	8.514	6.549
M anutenção	5.705	5.280	5.978	5.281
Outros custos	3.158	3.968	5.193	5.289
• •	107.493	111.820	108.980	110.975

24 DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Despesas de pessoal	2.246	2.499	3.316	3.209
Publicidade e propaganda	259	210	1.653	375
Comissões sobre vendas	129	101	193	101
Material de consumo	83	96	177	140
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(50)	52	238	52
Perdas no recebimento de clientes	365	227	365	227
Despesas de depreciação	11	11	20	17
Despesas com fretes	1.384	1.460	1.538	1.465
Serviços prestados por terceiros	40	-	80	-
Despesas diversas com vendas	259	344	1.122	739
	4.726	5.000	8.702	6.325

25 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Controladora		Conso	lidado
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
2.013	2.021	2.105	2.037
7.587	6.540	7.731	6.559
1.315	978	1.351	979
557	513	575	514
547	505	614	506
1.843	1.534	1.950	1.762
641	506	712	553
(1.473)	1.188	(1.473)	1.188
520	581	520	581
1.799	2.257	1.871	2.529
15.349	16.623	15.956	17.208
	2.013 7.587 1.315 557 547 1.843 641 (1.473) 520 1.799	2.013 2.021 7.587 6.540 1.315 978 557 513 547 505 1.843 1.534 641 506 (1.473) 1.188 520 581 1.799 2.257	31/12/2014 31/12/2013 31/12/2014 2.013 2.021 2.105 7.587 6.540 7.731 1.315 978 1.351 557 513 575 547 505 614 1.843 1.534 1.950 641 506 712 (1.473) 1.188 (1.473) 520 581 520 1.799 2.257 1.871

26 RESULTADO FINANCEIRO

Controladora		Consolidado	
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
(58)	(93)	(76)	(93)
(20)	(18)	(25)	(18)
(100)	(138)	(122)	(144)
(1)	-	(1)	(3)
(179)	(249)	(224)	(258)
1.530	146	1.531	146
174	1.315	202	1.414
5.158	5.806	5.407	6.321
56	803	80	822
6.918	8.070	7.220	8.703
6.739	7.821	6.996	8.445
	31/12/2014 (58) (20) (100) (1) (179) 1.530 174 5.158 56 6.918	31/12/2014 31/12/2013 (58) (93) (20) (18) (100) (138) (1) - (179) (249) 1.530 146 174 1.315 5.158 5.806 56 803 6.918 8.070	31/12/2014 31/12/2013 31/12/2014 (58) (93) (76) (20) (18) (25) (100) (138) (122) (1) - (1) (179) (249) (224) 1.530 146 1.531 174 1.315 202 5.158 5.806 5.407 56 803 80 6.918 8.070 7.220

27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não operaram com instrumentos

financeiros derivativos durante os períodos apresentados.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, bem como os critérios para sua valorização são descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa, conta corrente e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. Os saldos são aplicados em instituições de com altos ratings avaliados por agências especializadas e com baixo risco de crédito.
- Contas a receber: 99% dos saldos de contas a receber de clientes da controladora e suas controladas e controladas em conjunto estão denominados em reais. São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente quando aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.
- Partes relacionadas: As contas a receber de partes relacionadas são decorrentes de transações comerciais e possuem prazo inferior e superior a um ano, conforme apresentado na nota explicativa nº 10.
- Fornecedores: A controladora e suas controladas e controladas em conjunto possuem contas a pagar em moeda estrangeira e em moeda local. São registradas e mantidas pelo custo histórico, ajustados a valor presente quando aplicável, e os montantes em moeda estrangeira estão sujeitas a variação cambial.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições

financeiras, são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas e controladas em conjunto estarem sujeitas a ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas em conjunto para a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos e venda de produtos. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem como política a contratação de proteção para os ativos e passivos em moeda estrangeira, considerados relevantes ao negócio da Companhia e sujeitos a aprovação da administração.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Além do cenário provável, a CVM, através da instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados conforme abaixo:

Controladoro

	•	Controladora	
-	Cenário	Cenário 1	Cenário 2
	atual	- 25%	- 50%
Taxa CDI	11,57%	8,68%	5,79%
Rendimento anual das aplicações financeiras	6.604	4.953	3.302
Efeito no rendimento - redução	-	(1.651)	(3.302)
		Consolidado	
-	Cenário	Cenário 1	Cenário 2
	atual	- 25%	- 50%
Taxa CDI	11,57%	8,68%	5,79%
Rendimento anual das aplicações financeiras	6.662	4.997	3.331
Efeito no rendimento - redução		(1.666)	(3.331)

O cenário 1 considera uma queda na taxa do CDI de 25% (taxa de 8,68%) e o cenário 2 uma queda de 50% (taxa de 5,79%) sobre os saldos de aplicações financeiras de R\$57.080 (R\$57.584 no consolidado). Os resultados à luz dessas variações seriam redução do rendimento de R\$1.651 no cenário 1 (R\$1.666 no Consolidado) e de R\$3.302 no cenário 2 (R\$3.331 no Consolidado).

Análise de sensibilidade de variações cambiais

	Controladora e Consolidado			
	Cenário	Cenário 1	Cenário 2	
	atual	+ 25%	+ 50%	
Cotação do dólar	2,656	3,320	3,984	
Fornecedores exterior - R\$ 85 (US\$ 32)	85	106	128	
Efeito na despesa de variação cambial - aumento	-	(21)	(43)	

O cenário 1 considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2014 de R\$2,656/US\$ (R\$3,320/US\$) e o cenário 2 uma desvalorização de 50% (R\$3,984/US\$).

Os resultados à luz das paridades consideradas seriam aumento de despesa de R\$ 21 (controladora e consolidado) no cenário 1 e de R\$ 43 (controladora e consolidado) no cenário 2.

Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	58.402	43.403	59.249	47.329
Aplicações financeiras	-	2.661	-	2.661
Contas a receber de clientes - circulante	22.293	28.734	23.202	28.743
Partes relacionadas - circulante	6.775	2.645	5.848	2.497
Partes relacionadas - não circulante	65	8.192	24	4.016
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Fornecedores - circulante	6.351	5.292	6.792	6.562
Empréstimos e financiamentos	167	-	415	-
Encargos financeiros a transcorrer sobre empréstimos e financiamentos	34	-	66	-
Partes relacionadas - circulante	50	389	44	-

Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos

financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros Consolidados e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas taxas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Consolidado – 31 de dezembro de 2014						
	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Encargos financeiros a transcorrer	Partes relacionadas	Total		
Inferior a um ano							
De 0 a 3 meses	6.701	26	10	44	6.781		
3 a 6 meses	33	22	8	-	63		
6 a 12 meses	58	62	11		131		
Total	6.792	110	29	44	6.975		
Superior a um ano							
1 a 3 anos	-	225	33	-	258		
3 a 5 anos	-	80	4	-	84		
Acima de 5 anos	-				-		
Total	-	305	37	-	342		

Consolidado 31 do dozombro do 2014

28 GESTÃO DO CAPITAL

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e também o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

29 INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8) e em relação aos negócios da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Um segmento é um componente identificável da Companhia, destinado à fabricação de produtos ou à prestação de serviços, ou ao fornecimento de produtos e serviços num ambiente econômico particular, o qual esteja sujeito a riscos e remunerações que são diferentes daqueles outros segmentos.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos.

A Companhia tem por objeto social a industrialização e comercialização de pintura de bobinas

metálicas, atuando especificamente no segmento da indústria em geral e no de industrialização para terceiros. A controlada Casamob atua no segmento de móveis e a controlada Alucoil atua no segmento de construção civil.

• Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Ativo					
Circulante	44.023	67.902	2.521	4.132	118.578
Não circulante	1.821	2.809	945	490	6.065
Investimentos	7.229	11.151	-	-	18.380
Imobilizado	28.826	44.461	11.569	10.869	95.725
Intangível	912	1.406	344	1.245	3.907
	82.811	127.729	15.379	16.736	242.655
Passivo					
Circulante	6.243	9.629	189	1.922	17.983
Não circulante	3.114	4.804	567	123	8.608
Patrimônio líquido	73.454	113.296	14.623	14.691	216.064
	82.811	127.729	15.379	16.736	242.655

• Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013

Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Total
41.352	72.689	1.201	115.242
3.328	5.849	1.492	10.669
3.909	6.871	-	10.780
33.559	58.990	11.774	104.323
988	1.737	288	3.013
83.136	146.136	14.755	244.027
4.124	7.248	2.598	13.970
2.689	4.727	493	7.909
76.323	134.161	11.664	222,148
83.136	146.136	14.755	244.027
	Geral (Vendas) 41.352 3.328 3.909 33.559 988 83.136 4.124 2.689 76.323	Geral (Vendas) para Terceiros 41.352 72.689 3.328 5.849 3.909 6.871 33.559 58.990 988 1.737 83.136 146.136 4.124 7.248 2.689 4.727 76.323 134.161	Geral (Vendas) para Terceiros civil 41.352 72.689 1.201 3.328 5.849 1.492 3.909 6.871 - 33.559 58.990 11.774 988 1.737 288 83.136 146.136 14.755 4.124 7.248 2.598 2.689 4.727 493 76.323 134.161 11.664

• Demonstrações de resultados consolidado em 31 de dezembro de 2014

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Receita operacional líquida	53.344	82.278	419	1.211	137.252
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(50.260)	(55.609)	(967)	(2.144)	(108.980)
Lucro bruto	3.084	26.669	(548)	(933)	28.272
Receitas (despesas) operacionais	(2.476)	(19.535)	(658)	(3.142)	(25.811)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	608	7.134	(1.206)	(4.075)	2.461
Resultado financeiro líquido	785	6.194	(3)	20	6.996
Receitas financeiras	808	6.377	6	29	7.220
Despesas financeiras	(23)	(183)	(9)	(9)	(224)
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	1.393	13.328	(1.209)	(4.055)	9.457
Imposto de renda e contribuição social	(539)	(4.254)	(222)		(5.015)
Resultado do exercício	854	9.074	(1.431)	(4.055)	4.442

Demonstrações de resultados consolidado em 31 de dezembro de 2013

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Total
Receita operacional líquida	55.205	97.040	674	152.919
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(47.768)	(62.623)	(584)	(110.975)
Lucro bruto	7.437	34.417	90	41.944
Receitas (despesas) operacionais	(4.108)	(17.308)	(1.253)	(22.669)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	3.329	17.109	(1.163)	19.275
Resultado financeiro líquido	1.607	6.770	68	8.445
Receitas financeiras	1.652	6.959	92	8.703
Despesas financeiras	(45)	(189)	(24)	(258)
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	4.936	23.879	(1.095)	27.720
Imposto de renda e contribuição social	(1.227)	(5.169)	257	(6.139)
Resultado do exercício	3.709	18.710	(838)	21.581

• Demonstração de fluxo de caixa consolidado por segmento em 31 de dezembro de 2014

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais Caixa líquido aplicado nas atividades de	4.262	33.623	(3.626)	(5.417)	28.842
investimentos	(862)	(6.799)	(582)	(2.441)	(10.684)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(2.107)	(16.619)	4.363	8.125	(6.238)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.293	10.205	155	267	11.920

• Demonstração de fluxo de caixa consolidado por segmento em 31 de dezembro de 2013

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Total
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades				
operacionais	5.536	9.732	(1.190)	14.078
Caixa líquido aplicado nas atividades de				
investimentos	(11.784)	(20.714)	(7.047)	(39.545)
Caixa líquido aplicado nas atividades de				
financiamentos	(9.267)	(16.291)	-	(25.558)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(15.515)	(27.273)	(8.237)	(51.025)

30 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2014 estas possuíam as seguintes coberturas de seguros:

Coberturas	Risco coberto	Vigência	Valores em Reais
Prédios e conteúdos (Próprios e de terceiros), inclusive estoques	Incêndio, danos elétricos, furto	Até 13/07/2015	120.000
Máquinas e equipamentos	Incêndio, danos elétricos, furto	Até 07/11/2015	1.843
Prédios e conteúdos (Próprios e de terceiros), inclusive estoques	Incêndio, danos elétricos, furto	Até 09/01/2015	3.650
Prédios e conteúdos (Próprios e de terceiros), inclusive estoques	Incêndio, danos elétricos, furto	Até 20/03/2015	11.500
Responsabilidade Cívil de Diretores, Conselheiros e Administradores	Danos morais, materiais, ambientais, etc.	Até 18/08/2015	5.000
Veículos	Colisão, incêndio, roubo	Até 08/02/2015	518
Veículos	Colisão, incêndio, roubo	Até 24/08/2015	550
Seguro Obrigatório de Responsabilidade civil do Transportador	Perdas e danos a bens e mercadorias de terceiros	Até 30/06/2015	Valores das mercadorias transportadas
Transportes de materiais	Roubo e furto qualificado	Até 30/06/2015	Valores das mercadorias transportadas

31 PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

A Companhia e suas controladas possuem desde o mês de agosto de 2001 um plano de previdência privada do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), oferecido com exclusividade aos seus diretores e funcionários, administrado pela Brasilprev Previdência Privada S.A. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão de suas contribuições, descontinuidade ou transferência para outra administradora.

Essas remunerações são reajustadas de acordo com a variação geral dos salários aplicados pela Companhia. As contribuições registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram de R\$432 (R\$ 481 em 2013) e R\$ 447 (R\$ 485 em 2013) no consolidado.

32 OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A Companhia proporciona aos seus empregados um plano de assistência médica definido pósemprego em que o custeio é realizado tanto pelo empregador quanto pela Companhia. A provisão representa o direito de manutenção da condição de beneficiário para aposentados que contribuíram para o plano de assistência médica, que tratam o inciso I e o § 1º do artigo 1º da Lei nº 9656 de 3 de setembro de 1998. Conforme cálculo efetuado pelos consultores atuariais da Companhia, o valor do passivo referente aos empregados que fazem parte do plano de assistência médica, é de R\$1.249 em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.033 em 31 de dezembro de 2013).

	Controladora e Consolidado			
·	31/12/2014 31/12/2013			
Saldo inicial	1.033	1.800		
Adições	338	295		
Outros resultados abrangentes	(122)	(1.062)		
Saldo final	1.249	1.033		
•				

A movimentação da provisão para benefícios pós-emprego de 31 de dezembro de 2014, inclui R\$122 de ganhos atuariais (R\$1.062 em 31 de dezembro de 2013), registradas como outros resultados abrangentes, devido à alteração nas premissas utilizadas. As premissas alteradas referem-se à taxa de adesão ao plano médico, pois de acordo com publicações do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Fundação Getúlio Vargas – FGV, 15% é o percentual máximo de gastos com assistência médica que pessoas acima de 60 anos de idade estão dispostas a gastar.

As premissas atuariais adotadas foram as seguintes:

Taxa de desconto 6,16% ao ano ("a.a.") Taxa de inflação 6,40% ao ano ("a.a.")

Índice de dependência principal 80%

Idade cônjuge feminino Média de 4 anos a menos Rotatividade 13,17% ao ano ("a.a.")

Tabela de mortalidade AT-2000

33 APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

A Companhia adota como política de recursos humanos a aposentadoria compulsória para os colaboradores. A idade prevista para aposentadoria compulsória corresponde a 62 anos para mulheres e 65 anos para homens.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 incluem R\$ 2.341 de provisão com aposentadoria calculada com base nos valores das multas rescisórias dos empregados que atingirem a idade definida para aposentadoria.

Controladora e Consolidado			
31/12/2014	31/12/2013		
1.897	-		
444	1.897		
2.341	1.897		
	1.897 444		

As premissas atuariais adotadas foram as seguintes:

Taxa de desconto

Taxa de evolução salarial

Taxa anual das quotas do FGTS

Idade cônjuge feminino

Rotatividade

Tabela de mortalidade

6,16% ao ano ("a.a.")

5,91% ao ano ("a.a.")

Média de 4 anos a menos

13,17% ao ano ("a.a.")

AT-2000

34 INFORMAÇÕES ADICIONAIS AS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Controladora		Consolidado	
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
110	1.983	135	2.684
94	191	83	191
6.342	-	6.342	-
6.546	2.174	6.560	2.875
	31/12/2014 110 94 6.342	31/12/2014 31/12/2013 110 1.983 94 191 6.342 -	31/12/2014 31/12/2013 31/12/2014 110 1.983 135 94 191 83 6.342 - 6.342

A demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresenta efeito de caixa no montante de R\$1.983 (R\$ 2.684 consolidado), referente a pagamentos de aquisições de bens do ativo imobilizado de exercícios anteriores.

35 APROVAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para divulgação pelo Conselho da Administração em reunião ocorrida em 17 de março de 2015.

Composição do Conselho de Administração

Composição da Diretoria

Valter Takeo Sassaki (Presidente) Guilherme Luiz do Val (Diretor Presidente)

Eloísa Madeira Szanto (Vice-Presidente)

José Maria de Campos Maia Netto (Diretor de Relações com os Investidores)

Rita Maria Leal da Silveira Lanari (Membro) José Luiz Madeira do Val (Diretor Administrativo)

Hebe Amaral Caiuby Ariani (Membro)

João Alberto de Almeida Borges (Diretor Superintendente)

João Alberto de Almeida Borges (Membro)

Carlos Alberto de Almeida Borges (Membro)

Regina Coeli de Almeida Borges (Membro)

Edson da Silva Lopes Gerente de Controladoria CRC 1SP116.560/O-8